

**Despacho n.º 24 067/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, conjugado com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 251/2002, de 22 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 de Fevereiro, nomeio o licenciado Bernardo Manuel Vieira e Sousa para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

15 de Setembro de 2005. — O Alto-Comissário, *Rui Manuel Pereira Marques*.

**Despacho n.º 24 068/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, conjugado com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 251/2002, de 22 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 de Fevereiro, nomeio o licenciado Luís Jorge de Gouveia Pascoal para exercer as funções de chefe do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

15 de Setembro de 2005. — O Alto-Comissário, *Rui Manuel Pereira Marques*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Despacho conjunto n.º 1019/2005.** — Ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 19.º e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é renovada a comissão de serviço, por três anos, do licenciado Arnaldo Manuel da Rocha Pereira Coutinho, no cargo de secretário-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

A presente renovação da comissão de serviço fundamenta-se nos resultados da actividade até agora desempenhada, que evidenciam a existência de aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções, conforme relatório de actividades do anterior exercício publicado em anexo ao presente despacho.

A presente renovação produz efeitos a partir de 24 de Outubro de 2005.

2 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

### Sumário do relatório a que se refere o artigo 22.º da Lei n.º 2/2004

I — Caracterização e enquadramento do cargo.

II — Período da comissão de serviço.

III — Actividade desenvolvida:

- 1) Área financeira;
- 2) Área patrimonial;
- 3) Área dos recursos humanos;
- 4) Área da informática;
- 5) Área da administração geral;
- 6) Área da documentação e informação;
- 7) Área do apoio jurídico.

IV — Actividades para 2005.

V — Síntese da aplicação do sistema de avaliação.

VI — Currículo profissional.

### Currículo profissional

Licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, em 1976, com média final de curso de 15 valores.

Situação de origem: assessor principal da carreira técnica superior de orçamento e conta do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento.

Actividade profissional:

Entrou para a Direcção-Geral da Contabilidade Pública em 1973; 1978-1983 — requisitado em serviços autónomos do Estado, com funções de chefe de repartição (1978-1981) e chefe dos serviços administrativos (1981-1983);

1990 — chefe de divisão na Direcção de Serviços de Gestão Orçamental e Auditoria da Direcção-Geral de Orçamento;

1992 — director de contabilidade (6.ª Delegação junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros) da Direcção-Geral do Orçamento;

1994 — director do Gabinete de Organização, Planeamento e Avaliação do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1997 — secretário-geral do Ministério do Ambiente;

2002 — chefe do Gabinete da Secretária de Estado da Administração Pública;

2004 — regressa ao cargo de secretário-geral, suspenso em virtude da nomeação anterior;

Nomeado vogal dos conselhos administrativos do Estádio Nacional (1986-1992) da Direcção-Geral da Cooperação (1992-1994) e do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (1992-1994);

Nomeado vogal e presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto da Cooperação Portuguesa (1997-2002) e vogal da Comissão de Fiscalização dos Serviços Sociais do Ministério das Finanças (1992-2002);

É vogal do conselho fiscal da Fundação Medeiros e Almeida; Em Janeiro de 1997, foi louvado pelo Primeiro-Ministro pela colaboração prestada à organização da Cimeira de Lisboa da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa; Em Julho de 1997, por proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi agraciado pelo Presidente da República, com o grau de grande-oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

**Despacho conjunto n.º 1020/2005.** — 1 — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de Maio, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários ao cargo em que é investido, é nomeado, em comissão de serviço, no cargo de presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico o licenciado Elísio Costa Santos Summavielle.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 18 de Outubro de 2005.

2 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

### Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome — Elísio Costa Santos Summavielle;  
Filiação — Elísio Summavielle Soares e Maria de Lourdes Krus da Costa Santos Summavielle;  
Local e data de nascimento — Lisboa, 31 de Agosto de 1956;  
Estado civil — casado.

Formação académica — licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, em 1980, com a média de 15 valores, e área de especialização em História de Arte. Situação profissional — assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Experiência profissional:

1982-1983-1984:

Após cumprimento do serviço militar, professor provisório do ensino secundário;

Prestação de serviços no Instituto Português do Património Cultural (IPPC), como contratado e depois em regime de requisição;

1985 — após concurso público, tomada de posse como técnico superior de 2.ª classe do quadro do IPPC. Exercício de funções no Departamento de Museus, Palácios e Fundações;

1987 — exercício de funções no Departamento do Património Arquitectónico;